

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.633.123 - SC (2019/0372984-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : MARCELO DE OLIVEIRA GANZO - SC029961
AGRAVADO : SEBASTIÃO JOSÉ DOMINGOS
ADVOGADOS : RAMON ANTÔNIO - SC019044
RAFAELA MARCON - SC029256

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 252/253):

PREVIDENCIÁRIO. IPREV. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL APOSENTADO POR INVALIDEZ PERMANENTE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS. DOENÇA GRAVE (CARDIOPATIA GRAVE) COMPROVADA. CIRCUNSTÂNCIA QUE DETERMINA A INTEGRALIDADE DOS PROVENTOS. ATO APOSENTATÓRIO ANTERIOR À LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 412/2008 QUE APRESENTA O ROL DE DOENÇAS GRAVES QUE DÃO DIREITO A PROVENTOS INTEGRAIS. AUSÊNCIA DE LEI ESTADUAL COM TAL ROL NA ÉPOCA DA APOSENTADORIA. IRRELEVÂNCIA. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. CONCEITO DE DOENÇA GRAVE OBTIDO EM OUTROS NORMATIVOS. REVISÃO DO BENEFÍCIO DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA CONFORME OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO TEMA 810/STF (RE 870.947 RG /SE) E NO TEMA 905 (RESP 1.495.146 RR /MG). SUSPENSÃO DOS EFEITOS DESSES JULGADOS ATÉ APRECIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA A DECISÃO LAVRADA SOB O TEMA 810. RECURSO E REMESSA PARCIALMENTE PROVIDOS TÃO SOMENTE PARA ISENTAR O IPREV DO PAGAMENTO DAS CUSTAS.

"Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários" (Súmula 359 do STF).

Comprovada a existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, sem possibilidade de reabilitação da apelante para

exercer as mesmas ou outras atividades, em razão de doença grave, deve ser concedida a aposentadoria por invalidez com proventos integrais ao servidor estadual (art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal).

Nos termos do artigo 35, "i", da Lei Complementar Estadual n. 156/97, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares Estaduais n. 161/97 e 279/04, no Estado de Santa Catarina, as fundações de direito público e autarquias estaduais e municipais são isentas do pagamento das custas processuais referentes aos atos praticados por servidores remunerados pelos cofres públicos.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 278/292).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 489, §1º, III e IV, e 1.022 do CPC/2015; 151 da Lei nº 8.213/91; e 186, I e § 1º, da Lei nº 8.112/90. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional, que, "*como a moléstia que motivou a aposentadoria (CID 113.9) não está contida nos róis do art. 151 da Lei n. 8.213/91 e do art. 186, e § 1º, da Lei 8.112/90, não se pode conceder o benefício com proventos integrais ao argumento de que tal doença seria equiparada a uma daquelas listadas na referida legislação*" (fl. 296).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irrisignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, III e IV, e 1.022 do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, o Tribunal de origem entendeu que o recorrido faz jus à aposentadoria com proventos integrais, por ser portador de cardiopatia grave, conforme se verifica da seguinte fundamentação (fls. 263/266):

A doença que acometeu o apelado era "Cardiopatia Hipertensiva com comprometimento cardíaco e renal", considerada como grave e incurável, como se apanha do laudo pericial de fls. 178/182.

Sobre a cardiopatia grave, o perito judicial conceituou quais as diferenças entre cardiopatia grave e outros tipos de cardiopatia (fls.178/179):

"Para o entendimento de cardiopatia grave torna-se necessário englobar no conceito todas as doenças relacionadas ao coração, tanto crônicas, como agudas.

São consideradas cardiopatias graves:

a) as cardiopatias agudas que, habitualmente rápidas em sua evolução, tornaram-se crônicas, caracterizando uma cardiopatia grave, ou as que evoluíram para o óbito, situação que, desde logo, deve ser considerada como cardiopatia grave, com todas as injunções legais;

b) as cardiopatias crônicas, quando limitarem, progressivamente, a capacidade física, funcional do coração e profissional, não obstante o tratamento clínico e/ ou cirúrgico adequado, ou quando induzirem à morte prematura.

Ao responder os quesitos formulados pelas partes, o perito nomeado pelo Juízo disse: que a parte autora é portadora de cardiopatia

Hipertensiva com comprometimento cardíaco e renal; que a doença apresentada acarreta redução total e permanente; que a doença diagnosticada é de natureza grave e incurável; que a doença apresentada pelo segurado pode ser equiparada à cardiopatia grave (quesitos a, b, c, d, e, f I. 178).

O quadro clínico do apelado, portanto, é oriundo da mesma moléstia diagnosticada quando submetido ao crivo da Junta Médica Oficial do apelante.

O experto nomeado, afirmou categoricamente que a moléstia suportada pelo autor/ apelado é equiparada à cardiopatia grave (quesito e, fl.

178), o que torna insustentável o argumento de que a aposentadoria com proventos integrais não seria devida porque não restou efetivamente demonstrado que a moléstia suportada pelo apelado não constava no rol do art. 151 da Lei 8.213/91 que assevera:

(...)

Vê-se, então, que o apelado não mais poderá desempenhar qualquer atividade, porque na luta contra a cardiopatia hipertensiva com comprometimento cardíaco e renal, espécie do gênero "cardiopatia grave", tornou-se inválido para o serviço público, como sói ocorrer na atividade que exercia.

A hipótese, portanto, não é de aplicação do que preceitua a Lei Complementar 408 de, 26.06.2008, mas sim aplicação analógica da legislação federal (art. 186, § 1º, da Lei Federal n. 8.112/90; art. 151 da Lei Federal n. 8.213/91; art. 6º, inciso

XIV, da Lei Federal n. 7.713/1988) que antes da Lei Complementar Estadual n. 412/2008, já conceituavam e arrolavam o que deve ser considerado como doença grave, contagiosa ou incurável para fins de aposentadoria por invalidez permanente com proventos integrais, pois vigente ao tempo em que adquiriu a doença que gerou a redução total de sua capacidade laborativa.

Tem decidido este Tribunal, sobre pleitos de conversão da aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais em proventos integrais, em momento anterior à LCE n. 412/2008:

(...)

Assim, torna-se inquestionável o direito da autor/apelado ao benefício da aposentadoria por invalidez com proventos integrais desde o tempo em que se aposentou, conforme devidamente consignado pelo digno Magistrado de primeiro grau.

Integrada em sede de embargos de declaração (fl. 290):

Como se viu, a decisão embargada, ao confirmar o resultado do julgamento anterior, no que tange à revisão do benefício da aposentadoria por invalidez, não destoou dos aspectos levantados no Recurso Extraordinário RE 656.860/MT (Tema 524), uma vez que moléstia de que padece a parte autora, embora com nome diverso, é equiparada à moléstia com diagnóstico de Cardiopatia Grave (quesito e, fl. 178).

Como se viu, o perito judicial conceituou quais as diferenças entre cardiopatia grave e outros tipos de cardiopatia (fls.178/179):

(...)

Assim é insustentável o argumento de que a aposentadoria com proventos integrais não seria devida porque não teria restado efetivamente demonstrado que a moléstia suportada pelo apelado não constava no rol do art.

151 da Lei 8.213/9.

Em segundo lugar não há qualquer omissão na decisão embargada porque o Acórdão vergastado efetivamente se pronunciou sobre os arts. 151 da Lei n. 8.213/91 e do art. 186 da Lei 8.112/90. É o que se extrai da página n. 260.

Em terceiro lugar, porque, ao contrário do alega o embargante, a condição nosológica do servidor, ao tempo da inativação, oriunda da moléstia diagnosticada quando submetido ao crivo da Junta Médica Oficial é a mesma analisada pela perícia judicial encartada aos autos.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a fim de que se entenda que a moléstia acometida pelo ora recorrido não se caracteriza como cardiopatia grave, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE E ISENÇÃO. CARDIOPATIA GRAVE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE CONCLUIU, COM BASE NOS ELEMENTOS DE COGNIÇÃO DOS AUTOS, QUE O RECORRENTE NÃO FAZ JUS À ISENÇÃO DO ART. 6º DA LEI 7.713/1988. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ADOTADAS NA ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. CARCINOMA BASOCELULAR. QUESTÃO PRECLUSA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO TIDO COMO VIOLADO. SÚMULA 284/STF.

1. A Corte regional, soberana na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluiu que o recorrente não padece de cardiopatia grave, não sendo cabível a isenção do imposto sobre a renda retido na fonte nos termos do art. 6º da Lei 7.713/1988.

2. Como já exposto na decisão monocrática de fls. 576-579, e-STJ, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, aferindo se o recorrente, de fato, padece de cardiopatia grave, seria necessário exceder as razões colacionadas naquele acórdão, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme a Súmula 7/STJ.

3. Com relação ao argumento de que a tese referente ao carcinoma basocelular, apresentada no Recurso Especial no capítulo referente ao dissídio jurisprudencial, não foi analisada, melhor sorte não lhe assiste. Isso porque, entendendo que a decisão monocrática foi omissa, caberia à parte interpor Embargos de Declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, o que não ocorreu, motivo pelo qual é incabível sua discussão, neste momento processual, ante a ocorrência de preclusão.

4. Mesmo que ultrapassado o referido óbice, o STJ entende que o conhecimento do Recurso Especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio, mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§

1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015), o que não foi observado no caso, fazendo incidir a Súmula 284/STF, aplicada por analogia.

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1675071/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 19/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. CARDIOPATIA GRAVE. LAUDO OFICIAL E PERICIAL QUE NÃO ATESTAM O ESTADO CLÍNICO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, que consignou que laudos periciais constatarem que o Agravante não é portador de cardiopatia grave a justificar isenção no imposto de renda, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

III - O Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. IV - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Honorários Recursais. Não Cabimento.

VI - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1649032/ES, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 25/08/2017)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. MOLÉSTIA GRAVE.

PROVA PERICIAL OFICIAL. LIVRE CONVENCIMENTO. ENQUADRAMENTO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. A recorrente limitou-se a alegar, genericamente, ofensa ao referido dispositivo legal, sem explicitar os pontos em que teria sido contraditório, obscuro ou omissos o acórdão recorrido. Aplica-se ao caso, *mutatis mutandis*, o disposto na Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

2. O art. 30 da Lei n. 9.250/95 impõe, como condição para concessão da isenção do imposto de renda, a comprovação da moléstia grave por meio de laudo pericial oficial.

3. No caso dos autos, os magistrados da Corte estadual, soberanos na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluíram, a partir do laudo médico oficial acostado aos autos, que a moléstia que acomete a recorrente não se enquadra na definição de cardiopatia grave.

4. Modificar o acórdão recorrido, como pretende o recorrente, no sentido de caracterizar sua moléstia como cardiopatia grave, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte em vista do óbice da Súmula 7/STJ.

5. O recurso não pode ser conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, porquanto a jurisprudência desta Corte entende que o não conhecimento do recurso pela Súmula 7/STJ elimina a necessária identidade fática que possibilitaria a verificação do dissídio jurisprudencial.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 740.894/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 14/09/2015)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator